entre Linhas

Maio/Junho 2001 Nº 8 ANO I

Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

Notícias

Agenda

Resenha

FORA DOS CONSULTÓRIOS

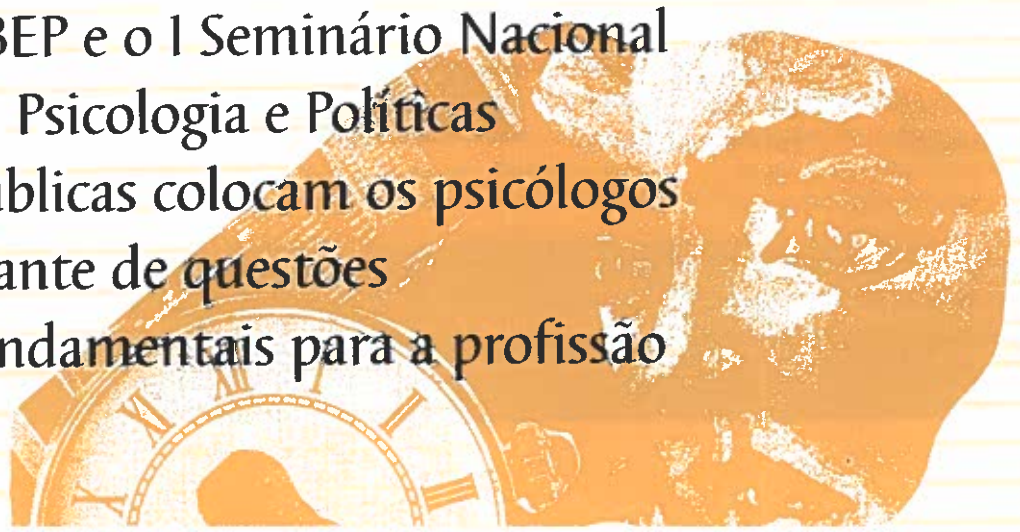
A Casa de Novo Hamburgo

É HORA

de pensar na Formação e nas Políticas Públicas



O II Encontro Nacional da ABEP e o I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas colocam os psicólogos diante de questões fundamentais para a profissão



Resultados

Pré-congressos preparatórios para o IV Congresso Nacional da Psicologia

Prêmio Monográfico O prazo está acabando

editorial

Meses de trabalho e reflexão

Este ano de 2001 iniciou com uma missão muito importante para a psicologia, que é a consulta às bases da categoria no decorrer dos pré-congressos de Psicologia. Também se destacam os eventos que envolvem a participação dos psicólogos no âmbito dos Direitos Humanos, Formação, Trânsito e Políticas Públicas, além da das eleições para os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia.

Maio e Junho são meses de muito trabalho e reflexão para os psicólogos. Nosso calendário propõe o Congresso Regional de Psicologia seguido do IV Congresso Nacional de Psicologia, o I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas e o I Seminário Nacional de Formação em Psicologia. Nesta edição, o EntreLinhas traz entrevistas e informações pertinentes às questões que envolvem estes eventos.

Nos últimos anos, a Psicologia tem se mostrado de forma diferente com a categoria. Uma das evidências que provam isto é que, nos espaços que têm se feito possíveis, existe um grande interesse em desenvolver um exercício profissional comprometido e que interfira na realidade sócio-econômica brasileira. É com esta perspectiva, que costura todos estes espaços de discussão propostos, que trataremos esta edição, desejando uma leitura proveitosa.

Gestão Conexão

Gestão Conexão

- Ana Cristina Blaskoski Carissimi
- Andréa Giesen Lompa
- Aurinez Rospide Schmitz
- Bernadete Magalhães Trindade
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Janice Castilhos Gomes
- Maria Regina Krás Borges
- Patrícia Schroeber
- Rejane de Oliveira Pousada
- Siloé Rey
- Simone Poester Schmidt
- Vera Elisabeth Verissimo

Diretoria

Presidente:
- Andréa Giesen Lompa

Vice-presidente:
- Janice Castilhos Gomes

Secretária:
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento

Tesoureira:
- Simone Poester Schmidt

Comissão de Comunicação

Andréa Giesen Lompa • Siloé Rey • Vera Elisabeth Verissimo • Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 335.1838 330.3458
E-mail: crp07@portoweb.com.br; crp07@crp07.org.br
Site: www.crp07.org.br

Seção da Serra
Rua Sinimbú, 2091/416
95.020-004 – Caxias do Sul/RS –
Telefone (54) 223.4529
Representante: Patrícia Schroeber

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (532) 27.4197
Representante: Giovani Cantarelli

CRP-07 em acesso virtual

O endereço virtual do CRP-07 está sendo reestruturado e poderá ser acessado em breve, facilitando o acesso dos psicólogos internautas à instituição. Além do novo layout da página, com melhor visualização e navegação, a homepage vai oferecer diversos serviços, entre eles uma biblioteca de títulos e periódicos disponíveis para consulta no CRP-07, as edições do EntreLinhas, links para sites afins e uma lista de discussões. Através dela os psicólogos também terão acesso ao trabalho das comissões, notícias e novidades referentes à profissão, poderão fazer seu cadastramento, comunicar sobre alterações de endereço ou outros ítens pessoais e, claro, vão dispor de um novo canal para se comunicar com o CRP-07. Anote o endereço



www.crp07.org.br

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

entre Linhas

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Fora dos consultórios

UMA CASA que inclui os diferentes



A trajetória da Casa de Saúde Mental de Novo Hamburgo, mais conhecida como a "Casa", é pontuada por tragédias, conquistas e embates, mas, principalmente, pela luta de alguns profissionais que têm como objetivo assegurar um pouco de dignidade para os doentes mentais. O psicólogo Fábio Moraes é um destes profissionais e está envolvido na trajetória da Casa desde sua fundação, há 12 anos. Neste período, o psicólogo chegou a ser coordenador da instituição e fez dela o objeto de estudo de sua dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, concluído no ano passado pela UFRGS. Com o sugestivo título de Abrindo a Porta da Casa dos Loucos, a dissertação retoma o processo de construção da Casa e indica um caminho para o tratamento e o convívio com aquelas pessoas que são ou que estão diferentes. Trechos desta dissertação e depoimentos do próprio psicólogo estão incluídos no texto que segue e que apresenta mais uma experiência profissional de alguém que atua Fora dos Consultórios.

A história da Casa começa em 1989, no bairro Pátria Nova, depois que uma assistente social, um psiquiatra, uma enfermeira psiquiátrica e um psicólogo elaboraram um Programa de Atendimento em Saúde Mental para a cidade de Novo Hamburgo. Apesar dos planos de construção de um hospital psiquiátrico, a prefeitura acabou alugando uma casa para os doentes mentais da cidade. Esta oferecia algumas salas para consultórios, cozinha, um ambulatório para tratar os doentes em surto e guardava em seu interior a responsabilidade de ser um centro especializado no trato dos doentes mentais, servindo, inclusive, de apoio para vários municípios. O atendimento aos pacientes era individualizado e feito por uma equipe formada por estagiários e profissionais da área. A Casa dos Loucos, como era chamada pela população, tinha jeito de clínica. Enquanto alguns pacientes eram atendidos, outros ficavam por lá, andando pelo pátio ou demais dependências. "(...) um usuário era medicado, simplesmente medicado e, quando os recursos familiares e sociais não se mostravam suficientes, era encaminhado para o velho São Pedro, ou algum outro hospital. Assim, ao mesmo tempo que havia implicação nessas lutas (de Reforma Sanitária ou de Lei Antimanicomial), que estariam produzindo mudanças na atenção à saúde mental, tínhamos a impressão de que nas situações de crise se mantinha o modelo da tutela e do controle da loucura", explica Moraes em sua dissertação.

Em 1996 porém, devido ao que o psicólogo chama de "força d'água" (problemas de infiltração que literalmente inundaram o prédio), a Casa mudou de endereço. Suas instalações foram transferidas para onde está até hoje, num casarão bonito e espaçoso em localização privilegiada, bem próximo à Prefeitura. Apesar dos problemas sempre sugeridos pelos governantes – o serviço é municipalizado –, a tragédia maior aconteceu em abril de 1997, quando uma usuária colocou fogo na Casa. "Ela chegou num feriado, quando não havia atendimento, ficou contrariada por não encontrar ninguém e conseguiu entrar. Durante os meses nos quais a Casa foi reconstruída, tratamos de reconfigurar o serviço de atendimento", conta Moraes.

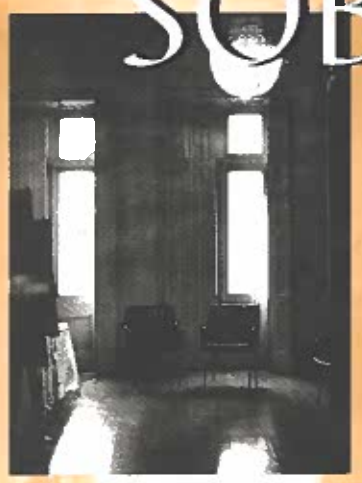
Atualmente, todas as pessoas que chegam à Casa vêm encaminhadas pelo serviço de Pronto-Urgência do Hospital Geral ou das Unidades Básicas de Saúde da rede pública municipal. Após o primeiro contato do doente com um dos membros da equipe, realizado no Ambulatório, ele vai para atendimento. Uma das formas é a que utiliza o dispositivo grupal, ou seja, o tratamento é feito através de intervenção coletiva, com o paciente desenvolvendo atividades em grupos de até 15 pessoas. "É o que chamamos de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS", explica Moraes, ressaltando que, conforme a situação, o doente poderá ser encaminhado para CAPS ou outro tipo de atividade, geralmente oficinas. Esta socialização dos doentes em CAPS segue uma rotina predeterminada, sempre pelas manhãs, que começa com uma conversa informal (sobre o que fizeram no dia anterior ou como estão se sentindo), passa por um lanche (com ingredientes que os próprios pacientes trazem) e termina com oficinas de jardinagem, música, textos, movimento. "Também há encontros semanais de cada paciente com o médico, nos quais eles avaliam seus medicamentos, e uma preparação para o final de semana, quando eles precisam ficar com seus familiares", complementa Moraes, que integra uma equipe formada por três psicólogos, um psicanalista, seis psiquiatras, um terapeuta ocupacional, dois assistentes sociais, três professores, um enfermeiro, estagiários e outros profissionais de apoio.

O tempo máximo para cada paciente ficar em CAPS é de até seis meses. Quando recebem alta, retornam para os locais de onde vieram, onde continuam sendo observados, e têm outras opções de atividades na Casa. Entre elas estão as Oficinas de Geração de Renda, nas quais trabalham fazendo cópias em xerox ou produzindo papel reciclado. "Esta estrutura, que parece tão simples, reduziu consideravelmente o número de casos que precisam de internação. É uma alternativa que encontramos para incluir as diferenças e as dificuldades destes pacientes e fazer com que eles consigam conviver com elas em seu cotidiano", avalia o psicólogo.

A Casa de Saúde Mental é um dos serviços mais antigos no País envolvendo a Luta Antimanicomial. Apesar de todos os problemas que a equipe enfrenta – desde as tragédias citadas até as dificuldades normais de qualquer órgão público –, estes profissionais não desanimam. "Hoje esta Casa existe porque queremos, é um ato heróico num tempo em que prevalece a lógica do consumo e no qual pessoas como estas, que não produzem, não têm colocação nem valor no mercado", avalia Moraes. Na contramão da lógica, o psicólogo diz que hoje não se pode mais discutir a criação ou não de serviços comunitários em atenção à saúde mental. "Devemos, sim, ampliar esta rede e aprimorar a tecnologia clínica para dar conta da loucura ou do sofrimento mental fora dos manicômios", sentencia.

prêmio Mario

CRP-07 incentiva debate SOBRE A FORMAÇÃO



A formação do psicólogo tem sido tema recorrente nas discussões que envolvem o exercício profissional e, conseqüentemente, o Conselho de Psicologia.

Embora muitos psicólogos já tenham uma larga experiência na formação de futuros colegas, ainda dispomos de poucos registros que permitam uma reflexão mais aprofundada sobre alguns de seus aspectos. Neste sentido, o início da atuação do psicólogo, seja através da prática nos estágios, seja enquanto profissional - marca inevitável de referências identificatórias - constitui-se como um momento chave na dinâmica da formação. Estimular o registro e a produção de conhecimento acerca da supervisão constitui-se o principal objetivo do prêmio monográfico Formação do Psicólogo: a Prática e a Supervisão.
O Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região convida, então, todos os colegas - e futuros colegas - a apresentarem suas experiências. Entre outras conseqüências, estas servirão também para subsidiar as políticas que irão nortear futuras ações de nossa instituição.
Bom trabalho!

Regulamento

Objetivos

O prêmio monográfico Formação do Psicólogo: a Prática e a Supervisão, instituído pelo Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região, tem como objetivo estimular a produção científica sobre a função da supervisão e do supervisor na formação do psicólogo, levando em conta a carência na produção de conhecimento científico e a necessidade de subsídios que norteiem as políticas referentes ao tema.

Premiação

O prêmio consiste na aquisição, pelo Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região, dos direitos de publicação das obras classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares das seguintes categorias:
- **Categoria Psicólogo**
- **Categoria Estudante**

Os vencedores em cada categoria receberão prêmios no valor de:
* R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para as obras classificadas em primeiro lugar;
* R$ 800,00 (oitocentos reais) para as obras classificadas em segundo lugar;
* R$ 500,00 (quinhentos reais) para as obras classificadas em terceiro lugar;

Conforme interesse, também poderão ser publicados os trabalhos do quarto e quinto colocados nas duas categorias já definidas.

Participantes

Poderão participar do concurso:
- **Psicólogos regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região;**
- **Estudantes de graduação, matriculados em cursos de Psicologia do Estado do Rio Grande do Sul.**

Não poderão participar do concurso integrantes e funcionários do Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região.

Inscrições

Os trabalhos deverão ser entregues ou remetidos, por correio, para o Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região, no seguinte endereço: Avenida Osvaldo Aranha, 1423/sala 102 - Cep 90.035-190 - Porto Alegre - RS
Os concorrentes devem identificar, no envelope, sua participação no prêmio, escrevendo Prêmio Monográfico - CRP-07. O candidato também deve indicar, na folha de rosto do trabalho, a qual categoria pertence (psicólogo ou estudante), junto com as informações de identificação: nome e endereço completos, telefone, e-mail, CPF, CI e inscrição no CRP-07, se for o caso.
As inscrições podem ser feitas pelo candidato ou seu representante legal. Somente serão homologados as inscrições dos trabalhos que obedecerem os seguintes itens:
- **apresentação conforme consta neste regulamento;**
- entrega no Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região ou postagem no correio até o dia 15 de junho de 2001;
- **os trabalhos devem ser individuais, o que não impede que o mesmo candidato concorra com dois ou mais trabalhos diferentes. Neste caso, cada um deve sua própria inscrição.**

Apresentação dos trabalhos

Os trabalhos deverão versar sobre o tema Formação do Psicólogo: a prática e a supervisão, respeitando a seguinte forma de apresentação:
- **escritos em língua portuguesa;**
- **digitados em espaço dois;**
- **limite de 25 laudas;**
- **seguir as normas técnicas da ABNT quando houver referência bibliográfica;**
- **resumo de no máximo cem palavras, em folha separada, com versão em inglês.**

Comissão Julgadora

Os trabalhos serão avaliados por uma Comissão formada por cinco membros, indicados pela plenária do Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região. Esta comissão vai estabelecer sua dinâmica de funcionamento e os critérios de avaliação para estabelecer a premiação e a classificação dos trabalhos.

Disposições gerais

A apresentação da inscrição implica na concordância e aceitação de todas as condições do presente regulamento por parte do candidato.
As decisões da Comissão Julgadora não serão passíveis de recursos ou impugnações em qualquer fase do processo e o material enviado para apreciação não será, obrigatoriamente, devolvido ao concorrente.
A divulgação dos resultados será no dia 03 de agosto de 2001, sendo que a premiação será efetivada no máximo dez dias depois de conhecidos os vencedores.
No dia 24 de agosto, data em que o CRP-07 vai realizar a festa pelo Dia do Psicólogo, será feita a apresentação pública dos vencedores e seus trabalhos.



Identificação e alteridade em supervisão

Siloé Rey
Psicóloga, presidente da Comissão de Formação do CRP-07, professora do curso de Psicologia da Unijuí

Para sustentar uma reflexão, na tentativa de pontuar e/ou circunscrever algumas questões que em minha experiência se apresentam nesta questão tão polêmica quanto delicada da supervisão, recorri a uma pequena coletânea que a Editora Escuta organizou em 1992, com a seleção de trabalhos apresentados na Associação para Estudos Freudianos, em Paris, no ano de 1985.[1] Nesta publicação, para mim, se destacou imediatamente o artigo de Maud Mannoni, por sua precisão e concisão, como pela relação transferencial prévia com o texto da autora. Partindo da questão da infinitude, seja da análise, seja da formação do psicanalista, destaca a observação de Freud (que a autora não indica textualmente), onde introduz a noção de formação (*Ausbilduing*) "mais próxima da idéia de uma interrogação, de uma crítica em si (em relação ao trabalho empreendido com um paciente), que da noção de modelo" (p. 37). Para Mannoni, embora não seja sua posição, o que prevalece é a noção de modelo, sendo que pela via da formação, o que estava em questão era um certo espírito de "ajudar o sujeito a se desvenciliar de toda identificação ao analista e de todo Superego institucional" (ibidem).

A autora situa historicamente entre duas posições as orientações nas quais os analistas se inscrevem: o que ela chama posição Húngara (Sandor Ferenczi, Vilma Kovacs, Michel Balint) onde há o privilégio dos conceitos de transferência-contratransferência, e as posições elaboradas no instituto de Berlin que tomam a supervisão como controle, onde o supervisor assume uma posição de vigilância, já que se sente responsável pelo paciente. Mannoni prefere considerar que "o supervisor deveria ajudar o analista a tomar consciência das referências com as quais ele funciona, a colocá-las em confronto com outras referências, ajudando-o a encontrar um estilo próprio que não seja pura imitação da habilidade de um outro" ... "o supervisor, por outro lado, só tem condições de ajudar o candidato em supervisão se este último é capaz de comunicar alguma coisa ao analista que o supervisiona". Conclui, portanto, que "a questão *quem fala a quem?* define o eixo em torno do qual a supervisão se dispõe" (p. 38).

Berlinck (1988) vai buscar o conceito de "instituição virtual da psicanálise" para caracterizar o que seria o *setting* ou enquadre, onde se desdobra o estabelecimento e a dissolução da neurose de transferência, base do movimento de fundação e dissolução essenciais no processo psicanalítico. Assim, o psicanalista contaria com a experiência de fundação e resolução de sua própria neurose de transferência em seu processo de análise, articulado a outros dois lugares de capacitação: a leitura e debates de textos e, o que o autor chama, a análise de controle. A experiência da "instituição virtual" da psicanálise assim construída produziria, enfim, um estilo de escuta, já que a busca da palavra própria, para tornar-se mais um que fala dentre aqueles que exercitem a psicanálise, encadearia e assujeitaria o praticante, tornando-o sujeito em sua práxis.

Na Universidade, com sua forma particular de circulação do saber e caracterização institucional dos lugares de mestre e aprendiz, a dita supervisão acadêmica tende a um aprisionamento entre a hermenêutica e a epistemologia. A interpretação do sentido das palavras, levando em conta o encadeamento lógico do raciocínio, bem como a vigilância sobre o valor de verdade em relação à coerência do enunciado, são, na verdade, pouco úteis à experiência de supervisão referenciada na psicanálise. Nesta, a "produção" tem muito mais a ver com o que possa advir a partir, justamente, de onde estes aspectos da ordem lógica fracassam, dando lugar à hiância, aos esquecimentos, aos atos falhos. Embora não possamos desconsiderar que na supervisão universitária, especialmente pelo caráter de sujeitos em construção da integração entre teoria e prática, também esteja em jogo pôr à prova os conhecimentos do supervisionando com relação a aspectos da teoria, como por exemplo, o conhecimento das categorias nosológicas, já que a inconsistência dessas aprendizagens não permitirão ao praticante sustentar-se em referências que possam orientá-lo em suas intervenções.

Outro argumento a respeito do quanto não se trata de referências epistemológicas ou hermenêuticas na supervisão a partir da abordagem da psicanálise, é o de que não podemos estabelecer suposições apriorísticas, uma vez que tanto a prática como a supervisão clínica, cujo objeto é o inconsciente, produz seus efeitos no "après-coup", sendo uma de suas funções escutar o que foi silenciado pelo supervisionando como identificação.

É claro que as particularidades acadêmicas "trabalham" em direção de uma relação mestre-supervisionando, mas quando é possível superar isso que é da ordem do que podemos chamar entraves institucionais que atravessam a experiência clínica inserida no âmbito universitário, onde se consegue uma relação de alteridade, onde a simbólica significante instala-se, no lugar do espelhamento especular entre dois sujeitos com domínio discursivo referido a um saber sobre o sujeito, é que pode produzir-se a supervisão, interrogando-se a respeito de que estrutura psíquica é capaz da montagem transferencial que o supervisionando suporta e da qual vem dar conta em supervisão.

Referências bibliográficas:

BERLINK, Manuel T. Psicanálise da Clínica Cotidiana. SP:Escuta, 1988.
STEIN, Conrad et al. A Supervisão em Psicanálise. SP:Escuta, 1992.

1 Em anexo à edição citada consta um material de muito interesse para quem queira refletir sobre a questão da supervisão em Psicanálise: além do Programa da Jornada, há uma sinopse apresentadas sob a forma de uma bibliografia explicada dos artigos em língua francesa sobre o tema.

A qualidade da formação é

A formação do psicólogo será um dos assuntos em destaque no II Congresso Norte Nordeste de Psicologia, que começa no dia 23 de maio em Salvador. Paralelo ao congresso estará sendo realizado o II Encontro Nacional da ABEP (Associação Brasileira para o Ensino da Psicologia), entidade criada há três anos e que tem o compromisso de promover debates específicos sobre a formação profissional do psicólogo. Nestas páginas, a presidente da ABEP, a psicóloga Sandra Maria Francisco de Amorim, esclarece algumas questões referentes ao encontro, antecipando os temas que estarão em pauta, e traça um panorama sobre o ensino da Psicologia no país.

Como surgiu a ABEP?

Há muito tem sido preocupação constante dos psicólogos promover discussões nacionais acerca da formação profissional. Desde o início da década de 90, observamos a concretização de muitas iniciativas dos Conselhos de Psicologia e de outras entidades que viabilizassem, entre outros temas, a discussão específica sobre formação do psicólogo.

O encontro nacional ocorrido em Serra Negra em agosto 1992, promovido pelo CFP, foi um marco histórico no processo de reflexão do processo de formação profissional do psicólogo. Outros movimentos da categoria colocaram em destaque as discussões sobre a formação do psicólogo, que culminaram com o I, II e III Congressos Nacionais da Psicologia. Também merece destaque o Fórum Nacional de Formação, realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 1997 em Ribeirão Preto (SP).

Como estratégias de intervenção institucional nos problemas da formação do psicólogo foram aprovadas as seguintes propostas:

- Criação e/ou fortalecimento das Comissões de Formação dos Conselhos com objetivo de estimular a constante discussão com as agências formadoras, docentes, discentes e entidades representativas da categoria de psicólogos;
- Criação da ABEP (Associação Brasileira do Ensino da Psicologia). Os Conselhos devem ter uma política de ação para a construção de propostas sobre a formação. No entanto, a estratégia básica deve ser o desencadeamento do processo de construção de um espaço interinstitucional que cuida da formação em Psicologia. Assim, o CFP/CRPs devem desencadear processos de construção de uma Associação como o espaço privilegiado para o debate e a construção de referências no que diz respeito à formação dos Psicólogos.

No Fórum Nacional de Formação também ficou deliberado que, na Reunião Anual da SBP, no ano seguinte, deveria ser instalada a ABEP e aprovado o seu Estatuto. A coordenação de todo o processo e a construção do Estatuto ficou sob a responsabilidade do Fórum de Entidades da Psicologia (SBP, ANPEPP, FENAPSI, CFP e ENEP) e proposto a todas as entidades profissionais, sindicais, universidades etc, para apreciação. Além disso, ficou definida a formação de uma Comissão pró-associação para trabalhar conjuntamente com o Fórum de Entidades na preparação do Estatuto e no contato com as universidades e entidades.

Conforme o previsto, em outubro de 1998, durante a Reunião Anual da SBP, foi criada a ABEP, constituindo-se uma Comissão Gestora Provisória. Esta Comissão assumiu com o compromisso de coordenar as discussões nacionais acerca do estatuto da entidade, que deveria ser aprovado em maio de 1999 em um evento de repercussão nacional.

Em maio de 1999, durante o I Congresso Norte Nordeste de Psicologia, houve a votação do Estatuto da ABEP e eleição da diretoria oficial, composta por representantes de diversas regiões do país. Em maio de 2001, será realizado o II Encontro Nacional da ABEP, no qual será eleita a nova diretoria para o biênio 2001-2003.

A ABEP tem, portanto, sua história calcada em discussões nacionais acerca da formação em Psicologia e sua criação reflete o desejo de toda categoria.

A partir das sua inserção na ABEP, como a senhora situa o panorama da formação do psicólogo no Brasil?

O ensino superior no Brasil e, conseqüentemente, a formação do psicólogo, passa por profundas transformações a partir de 1996, em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Um novo quadro se instala e somos convocados a identificar os problemas presentes nas novas exigências dirigidas às Universidades como efeito da Reforma do Estado, que ameaça destruí-las através de insinuosa lógica de mercado. O ensino, nessa nova perspectiva, é mercadoria, e à universidade cabe agora um lugar de prestadora de serviços que estabelece com o Estado um esquema de gestão. A introdução de termos como Qualidade, Avaliação e Flexibilização universitárias atestam essas mudanças. As mudanças no sistema de ensino superior atendem a um apelo formulado por exigências "transnacionais". Essas exigências têm implicado num esforço por uma Reforma de Estado cujas conseqüências devem ser muito bem analisadas.

Nesse cenário, os pontos de maior discussão atualmente dizem respeito aos rumos que os cursos de psicologia vão tomar em relação a sua reformulação curricular e a conseqüente avaliação desses cursos. No que se refere às diretrizes curriculares, essas determinações têm levado a uma exigência de construção de currículo apoiado nos conceitos de habilidade e competência. Isso significa, em primeiro lugar, reconhecer o sentido que o conceito de competência, por exemplo, recebe ao passar de um uso em área jurídica para o uso em educação. Temos sido assolados por uma nova nomenclatura que nos convoca a orientar os programas e as práticas sem que haja uma clara tradução dessas noções.

No que se refere à Avaliação a situação é também complexa. Há um conjunto de práticas a ela referida e diversas tentativas de formalização visando a "inovação no ensino". A avaliação e suas mudanças geram categorias de classificação e, portanto, uma concepção de norma. Não podemos permitir que, em nome do progresso e do crescimento social, referendemos valores contraditórios.

Como avalias as diferenças regionais na formação dos psicólogos no Brasil?

O Brasil é um país de dimensões continentais com realidades e necessidades diferenciadas. Penso que um curso de Psicologia em determinado local deve estar voltado para atender as demandas regionais, as necessidades sociais e se pautar, acima de tudo, pela qualidade. Relevância social e inserção social devem ser justificativas para a existência de um curso.

Quais suas considerações sobre o Sistema Nacional de Avaliação de Cursos em nossa área?

A ABEP foi instalada em um período extremamente importante para os cursos de Psicologia do Brasil, que foi o momento de im-

responsabilidade de TODOS



plantação da avaliação de cursos de graduação e de discussão de diretrizes curriculares em substituição ao currículo mínimo. Tenho acompanhado de perto as discussões nacionais acerca desses temas e buscado ocupar espaços institucionais e oficiais, cumprindo o papel de interlocutora.

No que se refere à Avaliação das Condições de Oferta a ABEP tem sido depositária de diversas manifestações de perplexidade e até mesmo de indignação, relativas ao instrumento de avaliação (contradições, atribuição desproporcional de conceitos etc) e aos avaliadores (critérios de escolha, descompasso entre a especialização do avaliador e a vocação institucional da instituição avaliada etc). Em relação ao Exame Nacional de Cursos (Provão) muitas críticas também vêm sendo amplamente debatidas. As reformulações anunciadas no mês passado pelo ministro Paulo Renato em relação aos cálculos do Provão a partir desse ano, indicam que muitas das pressões feitas têm dado resultado.

É importante ressaltar que até este momento, nenhum curso apresentou-se desfavorável à avaliação institucional e/ou avaliação de cursos. O que o conjunto de instituições expressa é o desejo de discutir muitos dos aspectos que fazem parte do modelo de avaliação que vem sendo desenvolvido pelo MEC. Há um entendimento de que a avaliação de cursos deva se dar de forma ampla, processual, abrangente, permanente e democrática. Além do que, qualquer avaliação de qualidade deve respeitar a heterogeneidade e a vocação institucional.

Preocupa-nos o encaminhamento dessa situação. Aparentemente comprometido com a qualidade, o sistema de avaliação não explicita a concepção de ensino à qual ele se refere. Mais diretamente, parece-nos que a avaliação se confunde atualmente com a construção de procedimentos considerados eficazes em si mesmos na produção de um resultado que pretende revelar a condição do ensino da Psicologia no país.

Que perspectivas a senhora tem sobre a proliferação dos cursos de Psicologia no Brasil e que diferenças se delineiam entre o ensino público e o privado da Psicologia?

O empresariado descobriu uma fonte segura de lucros e nessa perspectiva observamos o aumento acelerado de cursos, inclusive os de psicologia. Se em 1983 eram cerca de 75 cursos, hoje são quase 200. O MEC, em nome de socializar o conhecimento através da disseminação de cursos, encobre a realidade e perde o compromisso com a qualidade. Está criado o paradoxo. Se, por um lado, o governo não se responsabiliza pela qualidade da formação, permitindo a abertura desenfreada de cursos, por outro estabelece critérios de avaliação que, ao nosso ver, não contemplam requisitos fundamentais, como respeitar a historicidade, heterogeneidade e a regionalidade.

A política de expansão do ensino superior no Brasil, supondo a eqüidade e a avaliação da qualidade, surpreende pelo caráter perverso que tem assumido. A cada sete dias surge uma instituição de ensino superior particular no estado de São Paulo (Veja, 20/12/2000) e no resto do Brasil esse ritmo não é muito diferente. Precisamos ter, até 2008, 30% da população com diploma de curso superior. O que isso tem a ver com a qualidade? Certamente cumprir as metas ditadas por exigências externas não tem necessariamente a ver com a qualidade do ensino superior e nem tampouco com a eqüidade. Os números continuam falando mais alto. Mostrar índices para os organismos internacionais, de quem somos reféns, fere profundamente a nossa identidade institucional.

As perspectivas, nesse sentido, são sombrias. O mal-estar democrático no qual vivemos, para além da má distribuição de riquezas, se deve à decadência e ao abandono das instituições públicas nas quais a desigualdade social e civil é, muitas vezes, mascarada pelo alcance de uma legislação que facilita o livre acesso às suas dependências, como se essa igualdade social e civil não pressupusesse pelo menos uma grosseira aproximação do que seja igualdade econômica.

Quais suas expectativas em relação ao II Encontro Nacional da ABEP? Que grandes questões estarão sendo abordadas?

Durante o II Congresso Norte-Nordeste de Psicologia a ABEP realizará dois eventos. Um é o I Seminário Nacional de Formação em Psicologia: Desafios e Impasses para uma Formação de Qualidade, que vai tratar das alterações introduzidas nos cursos de graduação a partir da LDB/96 e de seus desdobramentos. O evento visa propiciar aos gestores dos Cursos de Psicologia a oportunidade de participar efetivamente neste processo através da ampliação do debate acerca da nova legislação e de seus impactos sobre a formação. Além de mesas-redondas sobre Diretrizes Curriculares, Avaliação de Cursos e Políticas Públicas de Ensino Superior estão programadas as seguintes atividades:

- Encontro de Coordenadores de Cursos de Psicologia, ocasião em que deverão ser apresentados e debatidos os respectivos cursos e as soluções de cada um em face da extinção do Currículo Mínimo, assim como a adoção, por parte de inúmeros cursos, das Diretrizes Curriculares ainda não aprovadas nem suficientemente discutidas. Este debate deverá resultar na elaboração de um documento representativo da posição dos Cursos de Psicologia no Brasil e suas perspectivas.
- Encontro de Coordenadores de Serviços de Psicologia/Clínicas-Escola. Nesta oportunidade serão tratadas questões relevantes que atravessam o estágio curricular, como o papel e o sentido do estágio na formação do psicólogo; o estágio como fator de articulação com o curso teórico e entre a universidade e a comunidade; e a confusão entre o referencial teórico da clínica psicológica e da clínica psicanalítica.
- Encontro de Professores de Psicologia por área: Ética, Avaliação Psicológica, História da Psicologia, Psicologia Social, Saúde, Educação e Trabalho. O objetivo destas reuniões é a troca de experiências e o conhecimento das estruturas curriculares e das práticas vigentes no interior das disciplinas (conteúdos, metodologias, bibliografia, etc.)
- Reunião de Estudantes de Psicologia envolvidos em programas de pesquisa (PET, PIBIC, PROIN). Nesse encontro será discutida a inserção da pesquisa no curso de graduação, sua repercussão na formação e o envolvimento dos alunos neste processo, bem como a formulação e o encaminhamento de propostas para o incremento destes programas.

No II Encontro Nacional da ABEP propriamente dito, de caráter extraordinário, será votado o regimento da entidade e realizada a eleição da diretoria da ABEP para o próximo biênio (2001-2003). Esperamos que esses espaços sejam bem aproveitados no sentido de avançarmos realmente com discussões sobre os rumos da formação em psicologia.

Como a senhora acredita que deverão ser direcionadas as ações políticas da entidade para a próxima gestão?

Diante do momento atual do ensino de Psicologia no Brasil, a ABEP deve continuar se pautando pela atenção contínua sobre as questões geradas pela mudança das políticas educacionais no país. A preocupação com a qualidade da formação deve ser responsabilidade de todos. A Psicologia só avança enquanto ciência e profissão a partir de sua capacidade organizativa. Devemos nos preocupar em acompanhar e intervir, de modo organizado, em todas as esferas onde são debatidas e definidas as políticas do ensino superior. Daí a necessidade de se fortalecer a "rede" de cursos de Psicologia de todo o país, com o objetivo de provocar uma reflexão coletiva e contínua acerca dessa nova modalidade de ensino de Psicologia que está se configurando.

Políticas Públicas

DEVER ESTRATÉGICO dos psicólogos



O envolvimento do psicólogo com as políticas públicas vem se tornando cada vez mais necessário, principalmente por causa da difícil realidade social do Brasil. É para debater e construir propostas concretas para este tipo de atuação que será realizado, no dia 24 de maio, o I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Assim como o Encontro Nacional da ABEP (mais informações na página central), este seminário acontece em Salvador, paralelamente ao II Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Na matéria que segue, o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, conselheiro do CFP e um dos organizadores do Seminário, comenta a importância e as funções do psicólogo nas questões das políticas públicas.

O embrião deste I Seminário Nacional de Políticas Públicas foi a 1ª Mostra de Práticas em Psicologia, realizada em São Paulo em outubro do ano passado. Foram dias nos quais os psicólogos mostraram, através da exposição e relatos de seus trabalho, um enorme potencial para desenvolver atividades que interfiram nos problemas da sociedade brasileira. "São iniciativas que precisam ser desenvolvidas estrategicamente", avalia Marcus Vinícius, justificando a realização do seminário do dia 24 de maio. A intenção é discutir e avaliar as possibilidades técnicas e mobilizar os psicólogos em torno das lutas públicas, criando condições para o trabalho com políticas de segurança, saúde, infância e adolescência, educação, habitação, assistência social, entre outras.

Segundo o psicólogo, discutir políticas públicas para a Psicologia não é uma questão de opção, mas um dever diante dos problemas de empregabilidade enfrentados pela categoria e pela má distribuição de renda no país. "Nossa estrutura de empregos é baseada no modelo liberal, que já se esgotou. Além disso, atualmente poucas pessoas podem ter acesso a serviços psicológicos e uma resposta da Psicologia para esta situação é exatamente a criação das condições para que isto aconteça", destaca. Levando em conta esta realidade, o seminário terá um painel que vai avaliar o desafio das políticas públicas para os psicólogos e três debates sobre a atuação da categoria em campos distintos e atuais: saúde, educação e segurança pública. "Outro momento importante de discussão vai abordar a participação dos psicólogos nos organismos de controle social. Poucos sabem, mas a Constituição assegura a participação da sociedade civil nas questões públicas e os psicólogos devem ocupar o seu espaço", destaca Marcus Vinícius.

Envolvimento

Esta, aliás, é uma preocupação constante dos Conselhos Regionais e do Federal, já que este envolvimento dos psicólogos com as Políticas Públicas está aquém do que deveria. "O psicólogo precisa se envolver com outras entidades, pensar que as políticas públicas são interesse da sociedade. Esperamos que este seminário sirva para uma tomada de consciência geral da categoria", complementa o conselheiro do CFP. É uma realidade que, infelizmente, não faz parte do período de formação universitária, que ainda privilegia o profissional liberal e é marcada por uma perspectiva tecnicista. De acordo com Marcus Vinícius, os cursos precisariam ter uma maior sintonia entre prática, técnica e contexto de suas intervenções. "Este movimento de inserção dos psicólogos nos espaços públicos acaba se dando fora do ambiente acadêmico, não sem repercussões. É o caso, por exemplo, da Psicologia hospitalar e jurídica, que já são áreas de pesquisa em algumas universidades. O sistema universitário é autônomo, mas pelo menos tem nos escutado nestes últimos anos", ressalta o psicólogo.

Marcus Vinícius também faz questão de lembrar que esta retomada do papel social do psicólogo foi uma iniciativa que partiu da própria categoria no III Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 1998. "Psicologia e Compromiso Social foi uma direção apontada pelos psicólogos, revelando uma necessidade da categoria em abrangência nacional", observa. A partir de então, a atuação das comissões de Políticas Públicas e Direitos Humanos dos CRPs tem sido ingrediente fundamental para mobilizar a categoria em torno das questões sociais. "Campanhas envolvendo crianças e adolescentes e a questão dos manicômios despertaram a atenção da mídia e do público para o nosso trabalho", destaca Marcus Vinícius, que também salienta a Política de Ação Integrada proposta pelo SUS em 1984. "Os psicólogos que se integraram às equipes de Saúde Mental foram desdobrando suas habilidades e hoje se destacam nas políticas públicas não só como técnicos, mas como gestores de políticas de saúde, diretores de núcleos, coordenadores de recursos humanos. Atualmente é consensual a importância dos psicólogos nas equipes de saúde mental", enfatiza.

"Discutir políticas públicas para a Psicologia não é uma questão de opção, mas um dever diante dos problemas de empregabilidade enfrentados pela categoria e pela má distribuição de renda no país."

CRP-07 prepara Congresso Regional da Psicologia

Os psicólogos gaúchos responderam à convocação do CRP-07 e participaram, em bom número, dos pré-congressos realizados em Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre durante o mês de abril. Foram encontros marcados por debates consistentes e muito atuais, que geraram 59 propostas para teses. Entre os assuntos que se destacaram nas plenárias dos pré-congressos estão os seguintes:

- a inserção dos psicólogos nos planos de saúde;
- o descaso do currículo universitário com a prática profissional;
- excesso de profissionais na área, com a abertura indiscriminada de novos cursos;
- segmentação da Psicologia Clínica;
- ampliação do trabalho dos psicólogos nas políticas públicas;
- falta de pesquisa na área da Psicologia;
- valorização e reconhecimento dos profissionais;
- desunião da categoria;
- maior proximidade do CRP com a classe.

Estas teses foram encaminhadas ao Conselho Federal de Psicologia, de onde retornaram compiladas para serem analisadas pela plenária do Congresso Regional. Os delegados que vão participar deste encontro regional foram eleitos nos pré-congressos e estarão reunidos em Porto Alegre nos dias 19 e 20 de maio. A função destes colegas psicólogos é escolher e aprovar as teses que serão levadas para o Congresso Nacional da Psicologia e que poderão se transformar em diretrizes para as ações das próximas gestões do CFP e dos CRps, se refletindo no exercício profissional dos psicólogos brasileiros. Os delegados indicados para o Congresso Regional também vão eleger, entre eles, os colegas que representarão o Rio Grande do Sul no Congresso Nacional. No encontro dos dias 19 e 20 de maio participam quatro delegados da região de Santa Maria, cinco de Pelotas, quatro de Caxias do Sul, quatro de Passo Fundo e treze de Porto Alegre, totalizando 30 psicólogos. Os interessados em participar do Congresso Regional na condição de observadores podem obter maiores esclarecimentos na secretaria do CRP-07.

IV Congresso Nacional será no mês de junho

A reflexão e o debate propostos pelo Conselho Federal de Psicologia através do IV Congresso Nacional de Psicologia são de fundamental importância para a categoria. O tema Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais - Construindo o Compromisso Social da Psicologia aponta para a necessidade de aperfeiçoamento, para a participação dos psicólogos na realidade social brasileira, para um programa de futuro envolvendo a psicologia brasileira. O que também é muito importante é que este Congresso é realizado com a participação direta da categoria, que se envolve na sua construção através das discussões e decisões geradas nos pré-congressos e congressos regionais e que depois se transformam em diretrizes para a profissão É uma estrutura seguida em todo o Brasil e que culmina com o encontro de dezenas de delegados no Congresso Nacional, que será realizados no período de 21 a 24 de junho em Brasília. Vem sendo assim desde a realização do primeiro Congresso Nacional, em 1994, quando este assumiu a condição de instância máxima do sistema Conselhos, deliberando propostas que serão implementadas e seguidas pelos CRPs e pelo CFP no próximo triênio (os Congressos Nacionais são realizados a cada três anos).

Comissões de Direitos Humanos se encontram em Brasília

O encontro das Comissões de Direitos Humanos do CRP-07, realizado em abril, foi marcante pelas propostas e pela participação de trabalhos de todo o País. Promovido pelo Conselho Federal através da sua Comissão de Direitos Humanos e com o apoio de todas as comissões dos CRPs, o III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos teve como tema central Psicologia, Direitos Humanos, Epistemologia e Ética. É um tema que foi aprofundados através de trabalhos e debates sobre orientação sexual, a tutela psiquiátrica, a infância/adolescência, a situação carcerária, saúde do trabalhador/desemprego, gênero e violência e os direitos humanos na escola. O Rio Grande do Sul participou com nove trabalhos:

- **Tutela psiquiátrica: interditar porquê?, de Maria Luiza R. de Almeida;**
- **Transmissão transgeracional da violência, de Lúcia Regina C. Marques e Martha Narvaz;**
- **Reconstruindo história: atendimento em grupo para homens em situação de violência, de Daniela F. Domingues;**
- **Perfil psicossocial de pacientes com transtorno de identidade de gênero em acompanhamento no Hospital de Clínica de Porto Alegre, de Rita Gomes Priebe;**
- **Linha de ação para a criança e adolescente da Política de Ação Integrada de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do RS, de Carmen M.F.Reverbel;**
- **O vínculo estabelecido como espaço transgeracional em um grupo de desempregados, de Heloísa Guerra Santos Netto;**
- **Prevenção à violência contra a criança e o adolescente – por uma pedagogia não violenta, de Martha Narvaz e Carmen Berwanger**
- **Uma Comissão de Direitos Humanos nos CRPs é possível, da Comissão de Direitos Humanos do CRP-07;**
- **A noite escura e bela: trabalho e direitos humanos no caso do trabalho noturno, de Marília Verissimo Veronese e Pedrinho Guareschi**

CRP-07

CURTAS

Atividades em prol da Saúde Mental

O CRP-07 está apoiando algumas atividades em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, que ocorre em 18 de maio. A iniciativa é do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, que congrega várias entidades afins, e inclui debates importantes:

■ 13 de maio, a partir das 10h – domingo no Brique, com atividades culturais e divulgação das ações da luta antimanicomial;

■ 16 de maio, às 19h – audiência pública na Assembléia Legislativa para debate da lei estadual sobre Saúde Mental

■ 19 de maio, a partir das 9h – debate na Câmara dos Vereadores sobre a Reforma Psiquiátrica e serviços substitutivos. O encontro vai reunir técnicos da área e familiares de doentes mentais e resultará num documento que será encaminhado ao governo do Estado com propostas para o cumprimento de leis referentes à Saúde Mental.

Jornada de Psicologia Clínica

O CRP-07 esteve representado na abertura da Jornada de Psicologia Clínica da Sociedade de Psicologia, realizada no dia três de maio, prestigiando, assim, mais um debate importante da categoria.

Atribuições do Conselho Municipal são revistas

A Prefeitura de Porto Alegre está reavaliando as atribuições do Conselho Municipal de Comunicação e chamou representantes de várias entidades para discutir sua implantação, prevista em lei. O CRP-07 foi convidado a participar da primeira reunião, com o objetivo de colaborar no desenvolvimento de políticas públicas de comunicação.

Pesquisa estuda Síndrome de Burnout

A Unisinos selecionou um grupo de psicólogos para participar de uma pesquisa referente ao estresse ocupacional e a Síndrome de Burnout no exercício profissional. Esta é uma disfunção que afeta trabalhadores em saúde mental, principalmente psicólogos, e se reflete na incapacidade de lidar com as fontes de pressão no trabalho. Conseqüentemente, acarreta insatisfação pessoal e problemas de saúde física e mental.

Os profissionais escolhidos para participar da pesquisa são os formados até 1986 e entre os anos de 1997 e 1998, que irão receber um questionário em casa, através do serviço de correios. O CRP-07 apóia a iniciativa da Universidade.

Datas importantes para as eleições do CRP e do CFP

Os psicólogos interessados em se candidatar para as próximas eleições, que escolhem os integrantes da nova gestão do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, já devem estar mobilizados. Afinal, as chamadas para a eleição começaram em dezembro, através das páginas do EntreLinhas. Os interessados podem requerer inscrição de suas chapas até o encerramento do IV Congresso Regional de Psicologia, em Porto Alegre, no dia 20 de maio. Paralelamente às eleições do CRP acontecerá, também, a escolha dos novos membros do Conselho Federal de Psicologia. Para o CFP, a data-limite para a inscrição de chapas é 24 de junho, último dia do IV Congresso Nacional de Psicologia, em Brasília.

As eleições para a nova Gestão, tanto do CFP quanto dos CRPs, serão realizadas no dia 27 de agosto – Dia do Psicólogo. As chapas que concorrem ao CRP-07 devem ser compostas por dezoito psicólogos – nove conselheiros efetivos e nove conselheiros suplentes. O requerimento de inscrição deve ser dirigido à Comissão Regional Eleitoral, para candidatos ao Conselho Regional de Psicologia, e à Comissão Eleitoral Especial do CFP, para candidatos ao Conselho Federal. O requerimento deve ser firmado pelo candidato que encabeça a chapa, acompanhado de declarações de concordância e de elegibilidade assinadas pelos demais integrantes.

As chapas inscritas e aprovadas constarão de edital a ser fixado na sede do CRP até o dia 28 de julho, sendo que cada concorrente terá espaço equivalente no Jornal EntreLinhas. As chapas inscritas para o CFP terão espaço equivalente em encarte do Jornal do Federal.

Condições de elegibilidade

Os requisitos exigidos aos candidatos são as seguintes (segundo o artigo 5º da Resolução 002/00 do CFP): ser psicólogo; cidadão brasileiro; estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares; estar quites com a tesouraria até o ano de 2000, mesmo que em parcelamento; não ter condenação criminal a pena superior a dois anos, nem por infração ética, nos últimos cinco anos. Além disso, os candidatos não podem estar em cargo de Diretoria do Conselho para a qual estão concorrendo nos três meses que antecedem o pleito; não podem ter vínculo empregatícios ou contrato com Conselhos de Psicologia; não podem ter perdido mandato em Conselho, excluídos os casos de denúncia; nem podem integrar as Comissões Eleitorais do CRP ou do CFP.

Eleitores

Todos os psicólogos inscritos e em dia com as anuidades até o ano de 2000, mesmo que em parcelamento, e em pleno gozo de seus direitos, devem votar. O voto é obrigatório e não é permitido por procuração. O local das mesas eleitorais, que serão instaladas pela Comissão Regional Eleitoral, será divulgado, juntamente com a relação das chapas inscritas, em edital publicado até o dia 28 de julho. Publicação anterior nos editais dos dias 29/01, 19/03 e 23/04/01 no Jornal Zero Hora.

agenda

crp07@crp07.org.br

Fale conosco

VII Congresso Internacional de Saúde na Adolescência/ VIII Congresso Brasileiro de Adolescência



De 13 a 17 de maio, em Salvador (BA)
Informações (21) 548.1999

Metapsicologia Pós-Freudiana e Psicopatologia Psicanalítica Infantil

Cursos para profissionais da Psicologia
Inscrições abertas na Constructo
Informações (51) 395.3354

Psicanálise e Adolescência, Um Estudo sobre a Perversão e A Interpretação dos Sonhos

Cursos para estudantes de Psicologia
Inscrições abertas na Constructo
Informações (51) 395.3354

Françoise Dolto: As Palavras que Fazem a Criança Viver

Encontros semanais no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 332.3943 ou iwbion@terra.com.br

Mini-Jornada do IEPP Encontros sobre Temas em Psicoterapia

Dia 19 de maio, a partir das 9h
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

Aperfeiçoamento em Psicoterapia

Encontros quinzenais, aos sábados
Inscrições abertas no IEPP
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

Formação em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes

Início em agosto
Inscrições abertas no IEPP
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

Grupo de Estudos sobre a Psicoterapia da Infância

Encontros semanais no GEA
Informações (51) 330.6404 ou 321.1573

Reunião Clínica do ESIPP

Discussão de caso, aberto a profissionais e estudantes
Dia 29 de maio, às 20h30min
Informações (51) 332.6436

Freud, Autores Kleinianos e Neo-Kleinianos e Psicologia do Ego

Curso em três módulos
Inscrições abertas no IEPP de Bento Gonçalves
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

X Jornada Anual do Esipp

Tema: Contemporaneidade e Estruturação Psíquica
De 4 a 6 de julho, em Porto Alegre
Informações (51) 332.6436

Grupos de estudo sobre a relação pais-bebê

Inscrições abertas na Clínica Pais-Bebê
Informações (51) 332.5899

Problemáticas da Relação em Freud

Início em 21 de maio
Inscrições abertas no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 332.3943

IX Encontro Nacional dos Psicólogos da Área Hospitalar/I Encontro da Associação Latino-Americana de Psicologia da Saúde – Seção Brasil

Tema: A Vitória da Psicologia da Área da Saúde e Hospitalar
De 27 a 30 de junho, em Guarapari (ES)
Informações (27) 200.3776

Criatividade: o como e o porquê

Encontros semanais no GEA
Informações (51) 330.6404 ou 321.1573

Curso de Formação em Psicologia Organizacional

Inscrições abertas no IDG
Informações (51) 222.1725 ou 346.6550

Psicopatologia Infantil: Nosologia e Psicodinâmica

Encontros quinzenais, a partir de 23 de maio
Inscrições abertas no ESIPP
Informações (51) 332.6436

Curso de Formação: Psicoterapia Centrada na Pessoa

Inscrições abertas no Delphos
Informações (51) 388.6898

VII Encontro Goiano da Abordagem Gestáltica

Temas: O Campo Criativo na Clínica e na Escola e A Armadilha do Individualismo nas Organizações
De 17 a 20 de maio, em Goiânia (GO)
Informações (62) 241.9784

Psicoterapia Infantil e de Adultos

Inscrições abertas no Gaepsi
Informações (51) 331.3781

III Congresso Pan-Americano de Jogos de Empresas e Criatividade

Tema: Inovação - o Desafio do Novo Milênio
De 9 a 11 de agosto, em Belo Horizonte (MG)
Informações (31) 3222.4177 ou www.copajogbrasil.com



VI Fórum Brasileiro de Psicanálise

Tema: Psicanálise – Poder e Transgressão
De 5 a 8 de julho, em São Leopoldo (RS)
Informações (51) 221.3292 ou www.saude.unisinos.br/VIFORUM

V Jornada Gaúcha de Psiquiatria

Tema: Relação Terapêutica na Prática Clínica
De 28 a 30 de junho, em Porto Alegre (RS)
Informações (51) 311.0087 ou www.sprs.org.br

III Congresso Brasileiro de Queimaduras

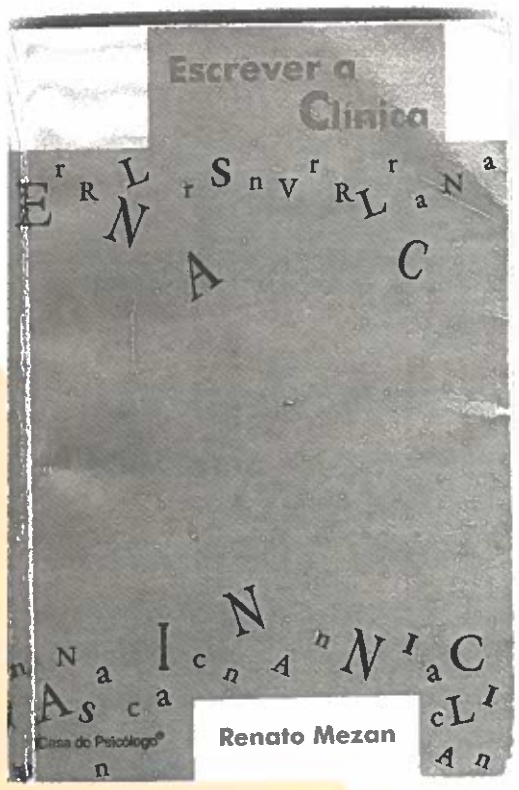
De 28 de maio a 1º de junho, em Porto Alegre (RS)
Informações (51) 330.1134

A Intersubjetividade na relação terapeuta-paciente

Encontros semanais no GEA
Informações (51) 330.6404 ou 321.1573

VIII Congresso Brasileiro do Sono

De 14 a 17 de novembro, em Salvador (BA)
Informações (11) 539.7876 ou www.sbsono.com.br



Escrever a clínica
Autor: Renato Mezan
Editora: Casa do Psicólogo
Preço: R$ 38,00

Se uma folha branca sorri para mim...

Walter Firmo de Oliveira-Cruz
Psicólogo, Coordenador Técnico do CRP 07, Coordenador do Ambulatório da Cruz Vermelha/RS e Mestrando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

Muito antes de ser mais um daqueles manuais de produção de trabalhos acadêmicos . . .

Dia desses lia uma entrevista em que Luis Fernando Verissimo falava que não havia escolhido sua profissão. Começara no jornalismo tarde (com trinta anos), após ter ciscado aqui e ali. Não tinha a menor intenção de ser escritor (!), e antes disso nunca havia escrito nada.[1]

Que luxo hein?! Entretanto, nem todos portamos os "genes" de um Erico. Tudo bem, a gente se vira como pode: a gente torce, retorce, risca e rasga uma quantidade de folhas que fariam corar qualquer ecologista. Mas, uma coisa é certa: boa vontade não nos falta.

Então, se você se identifica com essa condição; se você chega em casa com todo gás, escolhe sua melhor caneta, ajeita a almofada na cadeira e... a folha branca ri vergonhosamente da sua cara (ou seria a tela branca do computador?), sinto informar que NÃO há solução. O que não impede que existam obras importantes sobre o escrever, e que devem ser levadas a sério. É o caso do livro *Escrever a Clínica*.

Entre 1996 e 1997 o psicanalista, professor e editor Renato Mezan realizou um curso sobre as questões da escrita no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP. Deste curso resultou o livro, lançado em 1998 pela Editora Casa do Psicólogo, de São Paulo, e que rapidamente se constituiu como um auxílio importante para todos aqueles que pretendem se lançar da clínica à escrita.

Arquitetura da Escrita

Com estilo coloquial, mas repleto de erudição (como não saber que Freud, Van Gogh, Shakespeare e Mozart produziram suas principais obras em reação à morte do pai?), o texto de Mezan propõe uma retomada que vai desde os princípios básicos da escrita - pronomes, vírgulas, parágrafos - até a organização e o desenvolvimento de idéias. Muito antes de ser mais um daqueles manuais de produção de trabalhos acadêmicos, constitui-se numa leitura interessante e extremamente agradável. O trânsito de Mezan por diferentes autores da Psicanálise enriquece ainda mais o texto, tornando-o muitas vezes rico também pelas questões teóricas abordadas.

. . . constitui-se numa leitura interessante e extremamente agradável.

A metáfora da arquitetura é uma constante. Trabalha-se com a idéia de uma armação, de um andaime que no final do texto precisa desaparecer, destacando o efeito de persuasão: persuadir o leitor de que aquilo que você disse é relevante, importante, está bem argumentado e bem demonstrado (356). No contraste de idéias, a possibilidade do suspense, da manutenção do interesse. O processo de criação, a organização e o encadeamento de idéias e a construção do problema, abordados principalmente a partir da análise de textos, constitui-se no grande recheio do livro.

Mezan vai mais longe, e toca em algo que particularmente me concerne, quando aborda certas dificuldades que surgem no processo de produção do trabalho. Isto é, daquela inibição que nos paralisa e impede que possamos dar seguimento a um trabalho. Narcisismo que não suporta ser posto a prova? Culpabilidade difusa (375)? Como reproduzir algo que é quase da ordem do místico, do que se produz num instante preciso? O fantasma da folha branca, com certeza, muito ainda irá assombrar. Entretanto, mesmo de forma imprecisa e tosca, longe de uma palavra *plena* e reproduzindo no formato de caricatura aquilo que enxergamos como arte, insistimos. Embora problemas não nos faltem, aprender a formulá-los já pode ser considerado meia resposta.

1 Revista Cult, abril de 2001